

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

MARIA DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE

ANÁLISE HISTÓRICO-ESPACIAL DA COMUNIDADE P.A. CURITIBA EM
AMARANTE DO MARANHÃO À LUZ DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO
ASSENTAMENTO

AMARANTE DO MARANHÃO

2026

MARIA DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE

**ANÁLISE HISTÓRICO-ESPACIAL DA COMUNIDADE P.A. CURITIBA EM
AMARANTE DO MARANHÃO À LUZ DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO
ASSENTAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Prof. Me. Kaio de Moura Silva

AMARANTE DO MARANHÃO

2026

C377a

Cavalcante, Maria da Conceição

Análise histórico-espacial da comunidade P.A. Curitiba em Amarante do Maranhão à luz do pleno desenvolvimento do assentamento. / Maria da Conceição Cavalcante. – Amarante do Maranhão, MA, 2026.

28 f.; il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. Territorialização. 4. Agricultura familiar. 5. Geografia Agrária. I. Título.

CDU 91

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Kacio Micael Oliveira Vidal CRB – 13/988**

MARIA DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE

**ANÁLISE HISTÓRICO-ESPACIAL DA COMUNIDADE P.A. CURITIBA EM
AMARANTE DO MARANHÃO À LUZ DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO
ASSENTAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Prof. Me. Kaio de Moura Silva

APROVADO/A EM: 04/06/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



KAIO DE MOURA SILVA

Data: 11/06/2026 15:20:57-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Kaio de Moura Silva (**Orientador**)

Rede Estadual de Educação do Tocantins e Programa Caminhos do Sertão – UEMASUL

Documento assinado digitalmente



JOSE CLAUDIO MONTEIRO MASCENA

Data: 10/06/2026 14:40:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. José Cláudio Monteiro Mascena (**Examinador**)

Rede Municipal de Educação de Imperatriz e Programa Caminhos do Sertão – UEMASUL

Documento assinado digitalmente



MARGARIDA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA

Data: 11/06/2026 14:52:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma Margarida da Conceição Oliveira (**Examinadora**)

Secretaria de Educação de Imperatriz e Programa Caminhos do Sertão – UEMASUL

AGRADECIMENTO

Ao olhar para trás e recordar toda a minha trajetória até aqui, reconheço que cada conquista, cada aprendizado e cada superação só foram possíveis porque Deus esteve à frente de tudo. Primeiramente, agradeço a Ele, por me sustentar nos momentos de fraqueza, iluminar minhas decisões e renovar minha fé quando o caminho parecia difícil só Deus sabe as dificuldades que passei.

À minha família, meu esposo Ronaldo Gomes dos Santos, aos meus filhos André, Adriano, Lucas e Luan, expresso minha mais profunda gratidão. Vocês são meu alicerce, minha base e minha maior inspiração. Obrigada pelo amor incondicional, pela compreensão nos momentos de ausência, pela paciência diante das dificuldades e por nunca deixarem que eu duvidasse da minha capacidade, cada vitória minha é também de vocês.

Aos meus amigos, agradeço pela presença constante, pelo incentivo e pelas palavras de apoio nos dias mais desafiadores. Cada conversa, cada gesto de carinho e cada momento compartilhado foram essenciais para tornar essa caminhada mais leve. A amizade verdadeira foi força nos dias de cansaço e motivação nos momentos de incerteza.

Ao meu orientador, professor Kaio de Moura, deixo meu sincero reconhecimento e gratidão pela orientação, dedicação e paciência ao longo deste processo. Seus ensinamentos, correções e conselhos foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico.

Hoje, ao concluir esta etapa tão significativa, na minha vida tenho muito que agradecer desde o vestibular. Tenho a certeza de que nada foi construído sozinha. Cada pessoa que esteve ao meu lado deixou sua marca nesta realização. Que esta conquista represente não apenas o encerramento de um ciclo, mas o início de novos sonhos e novas realizações.

RESUMO

A questão agrária brasileira é historicamente marcada pela concentração fundiária e por profundas desigualdades socioespaciais, tornando a reforma agrária uma política essencial para a democratização do acesso à terra. Nesse contexto, o presente estudo analisa a formação histórico-espacial do Projeto de Assentamento (P.A.) Curitiba, localizado no município de Amarante do Maranhão, estado do Maranhão. A pesquisa teve como objetivo geral compreender a dinâmica histórico-espacial de constituição do assentamento, destacando os processos de territorialização, organização social e estrutura produtiva das famílias assentadas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, complementada por observações e registros fotográficos. Foram analisados documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento do Assentamento e relatórios oficiais, além de contribuições teóricas da Geografia Agrária. Os resultados evidenciam que o P.A. Curitiba constitui-se como território socialmente produzido, marcado pela luta coletiva, especialmente com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e pela construção de estratégias de resistência frente às limitações estruturais. Conclui-se que o assentamento representa uma política de redistribuição de terras e, sobretudo, um espaço de reorganização social, fortalecimento da agricultura familiar e afirmação da identidade camponesa, apesar das fragilidades institucionais ainda existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma agrária; Assentamentos rurais; Territorialização; Agricultura familiar; Geografia Agrária.

ABSTRACT

The Brazilian agrarian question is historically marked by land concentration and profound socio-spatial inequalities, making agrarian reform an essential policy for democratizing access to land. In this context, the present study analyzes the socio-spatial formation of the Curitiba Settlement Project (P.A.), located in the municipality of Amarante do Maranhão, state of Maranhão. The research aimed to understand the historical-spatial dynamics of the settlement's constitution, highlighting the processes of territorialization, social organization, and productive structure of the settled families. Methodologically, this is a qualitative research, of a bibliographic and documentary nature, complemented by observations and photographic records. Institutional documents, such as the Settlement Development Plan and official reports, were analyzed, in addition to theoretical contributions from Agrarian Geography. The results show that the Curitiba P.A. constitutes a socially produced territory, marked by collective struggle, especially with the actions of the Landless Rural Workers Movement, and by the construction of resistance strategies in the face of structural limitations. It is concluded that the settlement represents a land redistribution policy and, above all, a space for social reorganization, strengthening of family farming and affirmation of peasant identity, despite the institutional weaknesses that still exist.

KEYWORDS: Land reform; Rural settlements; Territorialization; Family farming; Agrarian geography.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 METODOLOGIA.....	10
3 ASSENTAMENTOS RURAIS COMO TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: resistência, identidade e organização social no campo.....	11
3.1 A formação histórico-espacial do projeto de assentamento Curitiba: processos de territorialização e construção do espaço rural.....	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil é historicamente marcada pela concentração fundiária e pela exclusão de grande parte da população rural do acesso à terra, configurando um cenário de profundas desigualdades sociais e territoriais. Nesse contexto, a reforma agrária surge como uma política pública fundamental para a democratização do acesso à terra, a promoção da justiça social e o fortalecimento da agricultura familiar.

Os assentamentos rurais, resultantes desse processo, constituem importantes unidades territoriais de produção, moradia e organização social no espaço agrário brasileiro. Inserido nesse cenário, o Projeto de Assentamento (P.A.) Curitiba, localizado no município de Amarante do Maranhão (MA), representa uma experiência concreta de luta pela terra e de construção coletiva do território.

Sua formação está vinculada à mobilização de famílias trabalhadoras rurais organizadas que buscaram romper com relações historicamente marcadas pela exploração, instabilidade e pela negação de direitos no campo. Assim, o assentamento configura-se como um espaço físico, mas principalmente, como um território socialmente produzido, resultado de resistências e estratégias de permanência no meio rural.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de dar visibilidade às experiências dos assentamentos rurais, frequentemente marginalizadas nos estudos sobre o desenvolvimento rural, bem como de compreender o papel da reforma agrária e dos movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no enfrentamento à concentração fundiária e às desigualdades no campo.

O estudo do P.A Curitiba contribuiu para o debate acerca da justiça social, da organização territorial e do fortalecimento da agricultura familiar, além de apresentar significativa relevância acadêmica para os estudos da Geografia Agrária e das ciências sociais.

Diante disso, a pesquisa é orientada pela seguinte questão norteadora, de que forma o processo de luta pela terra e a constituição do P.A. Curitiba influenciaram a organização social, territorial e produtiva das famílias assentadas no município de Amarante do Maranhão? Para responder a esse questionamento, o objetivo geral do estudo foi compreender a dinâmica histórico-espacial de constituição do assentamento, destacando os processos de territorialização, organização social e estrutura produtiva das famílias assentadas.

Como objetivos específicos, buscou-se identificar as principais dificuldades e desafios enfrentados pela comunidade nos anos iniciais de implantação do assentamento, analisar o processo de implementação do Plano de Desenvolvimento do P.A. Curitiba, e refletir sobre os impactos sociais, econômicos e espaciais do assentamento na vida das famílias assentadas e na configuração territorial local. Os objetivos propostos foram alcançados ao longo do desenvolvimento do estudo. A pesquisa permitiu compreender a dinâmica histórico-espacial de constituição do assentamento P.A. Curitiba, evidenciando os processos de territorialização, organização social e estrutura produtiva das famílias assentadas.

Além disso, foi possível identificar as principais dificuldades enfrentadas pela comunidade nos anos iniciais de implantação, bem como analisar o processo de implementação do Plano de Desenvolvimento e refletir sobre seus impactos sociais, econômicos e espaciais na configuração territorial local. Dessa forma, considera-se que os objetivo geral e específicos foram devidamente contemplados.

O trabalho estrutura-se em cenários que buscam articular teoria e análise empírica. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica sobre a questão agrária, a reforma agrária e os assentamentos rurais no Brasil, a partir da perspectiva da Geografia Agrária. Em seguida, discute-se o processo de formação do P.A Curitiba e a implementação de seu Plano de Desenvolvimento.

Por fim, são analisados os impactos na organização territorial do P.A, decorrentes da consolidação do assentamento, destacando seus avanços, desafios e limitações. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para a compreensão das transformações no espaço rural e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção de um desenvolvimento mais justo, equitativo e sustentável no campo.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e de caráter documental, em levantamento bibliográfico, considerando a análise de documentos referentes ao Projeto de Assentamento Curitiba, localizado no município de Amarante do Maranhão. A pesquisa buscou analisar e descrever as características históricas, sociais e territoriais da referida realidade, objetivando compreender a formação socioespacial do assentamento.

Para tanto, no que tange à fundamentação teórica, foram essenciais para a construção deste artigo as contribuições teóricas de autores como Almeida (1998), Ferrante (2004), Santos (2011) e Moreira (2007), cujos trabalhos oferecem bases sólidas para a compreensão crítica da realidade socioespacial analisada. Esses autores se destacam por discutirem temas centrais como a questão agrária, os conflitos territoriais, as desigualdades sociais e os processos de produção do espaço, permitindo uma leitura aprofundada e contextualizada do objeto de estudo.

A etapa documental envolveu a análise de fontes institucionais e registros oficiais, como o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, relatórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atas de reuniões e documentos comunitários. Esses materiais permitiram reconstituir o histórico de implantação do assentamento, avaliar as metas propostas e confrontar o discurso institucional com a realidade vivenciada pelos moradores.

A etapa analítica contemplou, também, a interpretação crítica das informações coletadas, buscando compreender de que forma a execução ou a ausência das ações previstas influenciaram a organização social, produtiva e territorial do P.A. Curitiba. Essa etapa possibilitou estabelecer relações entre o planejamento institucional e as práticas cotidianas dos assentados, identificando avanços, desafios e limitações no processo de desenvolvimento local.

Além disso, importa destacar que, durante as visitas nos meses de outubro a abril foram realizadas observações sistemáticas, com o objetivo de complementar a análise documental e as discussões teóricas. Outra importante técnica utilizada, trata-se dos registros fotográficos que valorizaram ainda mais as discussões realizadas no presente trabalho.

No que tange aos registros fotográficos, houve preocupação em evidenciar o cotidiano dos moradores do P.A. Curitiba, dando destaque para as infraestruturas disponíveis para a comunidade, bem como a materiais fotográficos históricos para se obter dados e informações do processo de formação socioespacial da referida realidade.

Dessa forma, a integração entre as etapas bibliográfica e análise documental possibilitaram uma compreensão ampla e consistente do processo histórico e territorial do P.A. Curitiba, contribuindo para a análise das relações entre o planejamento e as dinâmicas locais à luz do Plano de Desenvolvimento do Assentamento.

A partir da presente pesquisa, buscou-se, também, evidenciar os desafios enfrentados pelas famílias assentadas e contribuir para a reflexão sobre a importância da reforma agrária na construção de novas dinâmicas no espaço rural maranhense, tendo em vista que a estrutura fundiária do estado é marcada por desigualdades socioespaciais, reflexo de um processo histórico de concentração de terras.

3 ASSENTAMENTOS RURAIS COMO TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: resistência, identidade e organização social no campo

Os assentamentos rurais constituem espaços destinados à implementação da reforma agrária, nos quais famílias de trabalhadores rurais têm acesso à terra e a condições mínimas para produção e reprodução social. Esses territórios representam unidades produtivas e espaços de construção de identidade, organização social e resistência.

De acordo com Moreira (2007), o “território de esperança” é aquele construído a partir da luta coletiva dos camponeses pela permanência na terra, sendo resultado de processos históricos de resistência e organização social. Nesse contexto, o P.A. Curitiba configura-se como um território socialmente produzido, marcado pela atuação de movimentos sociais e pela busca por melhores condições de vida. A presença do MST foi fundamental para a consolidação do assentamento, contribuindo para a organização comunitária e o acesso a políticas públicas.

No tocante a ação Estatal, importa salientar a importância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Trata-se do instituto federal criada em 1970, por meio do Decreto-Lei nº 1.110, durante o período do regime militar. O órgão surgiu da unificação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), passando a concentrar as funções de promover a reforma agrária e desenvolver políticas voltadas ao meio rural. Inicialmente, teve papel importante no projeto de colonização da região amazônica e na tentativa de reduzir conflitos fundiários em outras regiões do país.

Atualmente, o INCRA é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e atua como responsável pela execução da política de reforma agrária no Brasil. Entre suas principais atribuições estão a desapropriação de terras para fins de assentamento rural, a criação e gestão de projetos de assentamento, além do reconhecimento e da titulação de territórios quilombolas. Conforme destaca Wolford (2010), o INCRA é a principal agência estatal encarregada de lidar com a questão da terra no Brasil.

Nesse sentido, é importante destacar que, a partir do início da década de 1980, formou-se uma relação direta entre o INCRA e os trabalhadores rurais assentados. Esse processo resultou em uma nova forma de relação entre o homem e a terra, na qual o território passa a ser compreendido como espaço de construção social, marcado por conflitos, resistências e possibilidades. Nesse sentido, Moreira (2007, p. 5) afirma que “o território se constitui como o espaço das relações sociais, das lutas e das possibilidades de construção da vida coletiva”.

A partir dessa compreensão, os assentamentos rurais deixam de ser vistos apenas como áreas produtivas e passam a ser entendidos como territórios de organização social e política. Entretanto, essa dinâmica também contribuiu para que gestores públicos locais passassem a atribuir ao governo federal a responsabilidade pelo desenvolvimento dessas áreas, especialmente no que se refere à oferta de infraestrutura social e produtiva.

Segundo Mattos Júnior e Hespanhol (2010), quando ocorre a desapropriação de uma grande propriedade, isso representa um processo de redistribuição territorial, marcado pela transformação de uma estrutura produtiva fortemente vinculada ao agronegócio e à pecuária extensiva. Ao mesmo tempo, passa a configurar-se uma nova territorialização voltada ao pequeno produtor, característica dos assentamentos rurais. Entretanto, isso não significa o rompimento total com a lógica industrial do campo, pois ainda há dependência da venda de implementos agrícolas, insumos e de todo o conjunto de tecnologias que sustentam esse modelo produtivo.

Carvalho e Santos (2011) destacam que, o processo de criação de assentamentos rurais no Brasil não representa um fenômeno recente, mas uma continuidade de políticas que, ao longo dos anos apresentaram falhas estruturais. Essa constatação é reforçada por Leite, Tubino e Sauer (2019) que apontam uma série de equívocos nas políticas de assentamento, sobretudo, a partir de 2017, comprometendo o avanço de um verdadeiro desenvolvimento social no campo.

De forma complementar, Leite, Tubino e Sauer (2019), Zeneratti (2021) e Leite, Brasileiro e Sauer (2021) destacam que a ausência de planejamento e acompanhamento técnico compromete a consolidação dos assentamentos como espaços sustentáveis e inclusivos. Nessa perspectiva, Beus e Dunlap (1990, p. 598-599) afirmam que “os modelos de agricultura convencional e alternativa foram construídos como dimensões polares, sendo que seus componentes resultam em visões distintas sobre a relação entre dependência e independência da agricultura em relação à ciência e à tecnologia.”

Mattos Júnior e Hespanhol (2010) destacam que a criação dos assentamentos rurais, em grande parte não acontece de maneira articulada com as esferas políticas locais, o que interfere na dinâmica territorial e na forma como as políticas públicas se concretizam no entorno dessas áreas.

Rodrigues et al. (2018) observam que, nas áreas de assentamento do Maranhão, predominam sistemas agrícolas tradicionais, como a roça de toco, caracterizada por ciclos alternados de cultivo e descanso do solo. Essa prática é vista pelos agricultores como uma forma de garantir a regeneração natural da terra e ainda é comum em grande parte dos assentamentos federais do estado.

Esse modelo produtivo está diretamente relacionado às experiências e aos conhecimentos tradicionais trazidos pelos próprios agricultores que compõem esses territórios. Para Medeiros (2004, p.17) os assentamentos rurais recebem a denominação de espaços que abrigam diversos tipos de pessoas, sendo “[...] posseiros, filhos de pequenos produtores rurais, parceiros em busca de terra própria, pequenos produtores atingidos pela construção de barragens, meeiros, assalariados rurais, populações de periferias urbanas, aposentados, entre outras categorias.”

Dessa forma, a diversidade de trajetórias sociais presentes nos assentamentos contribui para a manutenção e reprodução de diferentes práticas agrícolas, muitas delas baseadas em saberes tradicionais e na experiência acumulada desses trabalhadores do campo. Essa diversidade de sujeitos evidencia que os assentamentos não são formados por um grupo social homogêneo, mas por diferentes trajetórias e experiências de vida que se unem em torno da luta pela terra e pela melhoria das condições de vida no campo. Dessa forma, esses espaços se constituem como territórios de reconstrução identitária, resistência e reorganização social.

Entretanto, essa pluralidade de experiências e interesses também contribui para o surgimento de diferentes desafios no processo de organização e consolidação desses territórios. Como observa Ferrante (2004, p.26), essa realidade revela que:

O assentado assim surge no primeiro momento como um produto direto da ação do estado, tendo sua identidade moldada por projetos que lhe são, muito, alheios. A resistência dos trabalhadores e sua família às imposições estatais constituem-se, portanto, numa pista importante na tentativa de constituição de uma identidade própria para esta nova categoria de trabalhadores. Suas estratégias frente às sempre muito ineficientes iniciativas oficiais compõem um quadro complexo de recuperação de traço camponês tradicional acrescido de inovações sociais e políticas que a trajetória de cada trabalhador, cada família ou grupo mais ou menos organizado vai desenhando no confronto com a realidade sempre muito difícil da vida num assentamento rural. Conflitos e cooperações se sucedem, transformando os assentamentos em verdadeiros laboratórios sociais, enquanto urge sua integração ao contexto regional.

Dessa forma, é possível compreender que os assentamentos como territórios em permanente construção, marcados por relações de poder, resistência e adaptação. A análise dessa dinâmica permite identificar como os sujeitos envolvidos (trabalhadores, instituições e órgãos governamentais) interagem na consolidação do espaço rural e na busca por autonomia produtiva e social.

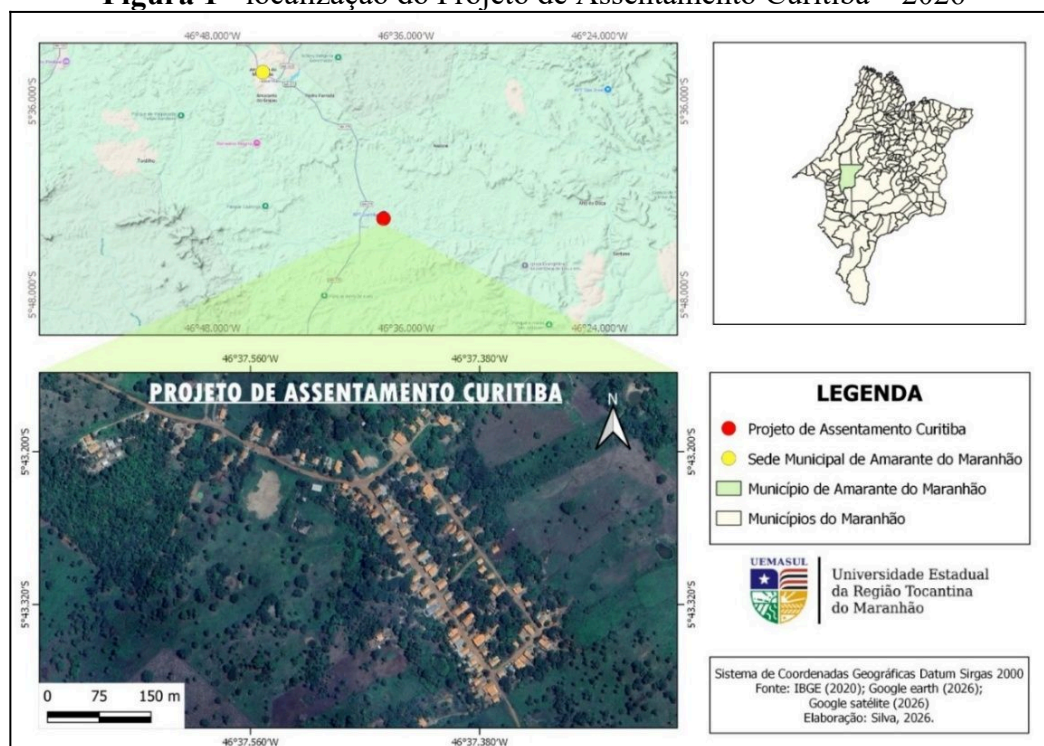
Assim, o estudo do processo de territorialização dos assentamentos torna-se fundamental para compreender as transformações no campo e os desafios enfrentados pelos agricultores na efetivação de um projeto coletivo de vida e trabalho. A partir do próximo momento deste trabalho, apresenta-se algumas reflexões acerca do processo de formação histórico-espacial do P.A Curitiba, enfatizando as transformações de sua paisagem e a organização territorial.

3.1 A formação Histórico-Espacial do Projeto de Assentamento Curitiba: processos de territorialização e construção do espaço rural

O Assentamento Curitiba está localizado no município de Amarante do Maranhão (MA), a aproximadamente 24 quilômetros da sede municipal, o mapa apresentado na figura a seguir apresenta o contexto espacial em que se situa o P.A. Atualmente, a comunidade possui uma população de 365 habitantes¹, configurando-se como um importante espaço de organização social e produção rural no contexto agrário local.

¹ A referida informação foi constatada por uma pesquisa realizada pela escola municipal do P.A Curitiba realizada no ano 2026, a partir de uma equipe envolvendo estudantes, professores, a gestão e demais servidores da escola.

Figura 1 - localização do Projeto de Assentamento Curitiba – 2026



Elaboração: Silva, 2026.

Fundado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o assentamento representa uma conquista no âmbito da luta pela reforma agrária. No que diz respeito à infraestrutura, a comunidade dispõe de serviços públicos essenciais, como escola e posto de saúde, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Destaca-se a Sede da associação de moradores, espaço físico que demonstra organização administrativa da comunidade.

Figura 2 - Espaços públicos de assistências e organização coletiva – 2026



Fonte: autora, 2026.

Nessa linha, a história do P.A. Curitiba iniciou-se em 18 de novembro de 1998, quando famílias trabalhadoras rurais chegaram ao território que, posteriormente se consolidaria como assentamento. Oriundas de diferentes localidades, essas famílias tinham como objetivo comum a conquista de um espaço para viver e produzir com dignidade.

A ocupação foi organizada e conduzida pelo MST que, desempenhou papel fundamental na coordenação das ações iniciais. O contexto encontrado era de mata fechada e ausência total de infraestrutura. Ainda assim, o grupo identificou naquele espaço a possibilidade concreta de reconstrução de suas trajetórias de vida.

Figura 3 - Registro de moradores com a produção de primeiras roças - 1999



Fonte: moradora da comunidade P.A Curitiba, 2026.

Importa destacar que, a ocupação do P.A Curitiba ocorreu por etapas distintas, do suor e resistência à consolidação da comunidade, como um grito ecoando a importância da reforma agrária no país. Dessa forma, a primeira etapa consistiu na organização das famílias de forma coletiva, objetivando garantir condições mínimas de sobrevivência. Foram montados barracos de lona, estruturadas cozinhas comunitárias e divididas tarefas entre os moradores. O acesso a água ocorria por meio de cacimbões e lagoas próximas, evidenciando a precariedade das condições iniciais. A alimentação era escassa, sendo necessário que algumas famílias se ausentassem temporariamente para buscar mantimentos.

Figura 4 - Moradias improvisadas a partir de cobertura de lona (1998)



Fonte: moradora da comunidade P.A Curitiba, 2026.

Gradualmente, os barracos de lona foram substituídos por moradias construídas com materiais disponíveis na região, como palha de coco babaçu, até a chegada das alvenarias, marcando uma nova forma de habitação para a comunidade do P.A. Curitiba. A construção das casas ocorreu, em grande parte, por meio de mutirões, reforçando a prática da ajuda mútua. Posteriormente, foram implantados cercados e iniciadas pequenas criações de animais, como galinhas e suínos.

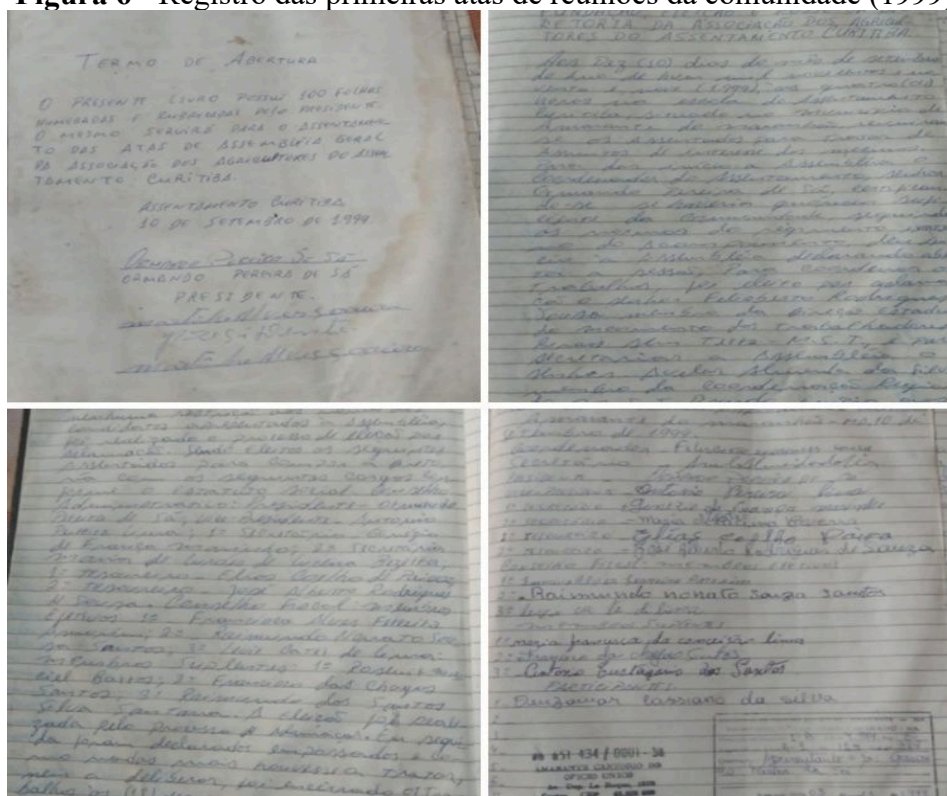
Figura 5 - Moradias improvisadas e início de construções em alvenaria (2001)



Fonte: moradora da comunidade P.A Curitiba, 2026.

Importa sublinhar que, um momento relevante para as dinâmicas socioespaciais da comunidade do P.A Curitiba, consistiu-se na criação da Associação dos Agricultores do Assentamento, em setembro de 1999, representando um marco institucional importante. Com o reconhecimento oficial, o local passou a ser denominado formalmente como P.A Curitiba. As áreas produtivas foram organizadas e distribuídas entre as famílias, garantindo maior estabilidade territorial. A partir desse momento, o assentamento passou a receber assistência técnica e programas de incentivo à agricultura familiar. Essa etapa consolidou, também, juridicamente e socialmente o projeto coletivo iniciado em 1998.

Figura 6 - Registro das primeiras atas de reuniões da comunidade (1999)



Fonte: autora, 2026.

Nesse interim, destacaram-se, a realização de assembleias periódicas, com o objetivo de definir regras, planejamento e divisão de responsabilidades. Dessa forma, foram criados grupos organizados por setores, como limpeza e abertura de áreas, alimentação, segurança, construção e mobilização comunitária. Esse modelo organizacional contribuiu para fortalecer o senso de pertencimento entre as famílias. Assim, conforme Santos (2011), a organização tornou-se um dos pilares da identidade comunitária:

A territorialidade pode ser compreendida como o processo em que trabalhadores sem-terra passam a disputar, conquistar e reorganizar o território. Um espaço que anteriormente estava sob o domínio de um único proprietário passa a ser transformado em uma comunidade composta por vários sujeitos. Nesse contexto, esses grupos passam também a enfrentar os desafios próprios da sociedade capitalista, que podem ocorrer em diferentes escalas, seja local, nacional ou global. Assim, a territorialidade relaciona-se ao sentimento de pertencimento e à relação das pessoas com o espaço que consideram seu (Santos, 2011, p. 19).

Nessa linha, o assentamento ampliou sua infraestrutura interna, destacando-se as melhorias nas estradas vicinais, implantação de poços e sistemas de abastecimento de água, além da instalação de energia elétrica que ocorreu no ano de 2000 por meio de projetos do Governo Federal. No âmbito da habitação, o Programa Minha Casa Minha Vida, promoveu uma reestruturação das moradias, refletindo avanços socioeconômicos.

Figura 7 - Sistema de abastecimento de água a partir de poço artesiano



Fonte: autora, 2026.

Destaca-se, também, o fortalecimento da participação social e da gestão escolar municipal. As primeiras aulas do ensino fundamental, ocorreram em espaços improvisados, com recursos limitados, mas com forte compromisso comunitário. Com o crescimento do assentamento, foi construída uma escola estruturada com turmas regular, multisseriado e a EJA. O projeto pedagógico passou a dialogar com a realidade do campo, valorizando a identidade camponesa. Assim sendo, a escola transformou-se em espaço de formação, cultura e preservação da memória local.

No tocante às atividades produtivas, o acesso ao crédito por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi fundamental para a consolidação de melhores condições de produção na comunidade. Além da agricultura, esse apoio possibilitou a ampliação da pecuária leiteira e de corte, contribuindo para que o assentamento se destacasse no município em termos de organização e produtividade. Nesse sentido, Mascena (2017, p.65) ressalta:

As comunidades camponesas que receberam incentivos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) passaram a incluir, na elaboração de seus projetos, a criação de gado bovino, uma vez que essa atividade constituía uma das principais linhas de crédito ofertadas por instituições financeiras, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Tal direcionamento integrou uma estratégia governamental de ampliação do rebanho bovino na região e foi amplamente aceito pela população, que percebia na pecuária uma maior rentabilidade em comparação à agricultura tradicional, evidenciando, assim, a importância desses programas no incentivo à reorganização produtiva e ao fortalecimento econômico das comunidades.

Diante desse contexto, o acesso ao crédito rural viabilizou as atividades produtivas e orientou as escolhas econômicas das famílias assentadas, direcionando-as para práticas consideradas mais rentáveis, como a pecuária leiteira. Esse processo evidencia o papel das políticas públicas na redefinição das estratégias produtivas no campo, promovendo mudanças significativas na organização do trabalho e no uso dos recursos disponíveis.

Nesse sentido, o PRONAF destaca-se como um importante instrumento de desenvolvimento rural, uma vez que, conforme Mascena (2017), trata-se de uma política voltada à geração de renda no meio rural, buscando otimizar o uso da mão de obra familiar por meio do financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias realizadas nas propriedades ou em áreas comunitárias próximas.

Com a abertura das primeiras roças, destacou-se o cultivo de arroz, milho e feijão, que até hoje fazem parte da cultura produtiva da comunidade. Inicialmente, a produção era reduzida, mas já representava autonomia alimentar e o início da sustentabilidade econômica. O trabalho era realizado com ferramentas simples e intenso esforço físico, evidenciando a determinação das famílias assentadas. Essa etapa marcou o início do processo de consolidação produtiva do assentamento. Nesse sentido, a reforma agrária como parte de um projeto mais amplo de transformação social, ou seja:

[...] reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza. Isso significa valorizar e garantir trabalho a todas as pessoas como condição à emancipação humana e à construção da dignidade e da igualdade entre todos e no estabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza (MST, 2013, p. 149).

Atualmente, a produção agrícola do assentamento apresenta-se diversificada e mais estruturada. As famílias cultivam, além dos produtos tradicionais, mandioca, hortaliças e banana, bem como desenvolvem a criação de animais de pequeno e grande porte. A produção familiar garante segurança alimentar e geração de renda por meio da comercialização do excedente.

Importa salientar que, no ano de 2014, ocorreu um importante momento de organização produtiva entre os moradores. Um grupo de homens do assentamento passou a se reunir e se organizar coletivamente, formando um grupo de produtores de leite. Essa iniciativa surgiu da necessidade de fortalecer a produção local e criar possibilidades de geração de renda para as famílias assentadas, utilizando principalmente a criação de gado leiteiro como atividade econômica.

A formação desse grupo contribuiu significativamente para a melhoria da economia do assentamento, pois possibilitou o aumento da produção e a comercialização do leite e de seus derivados. Além disso, a organização coletiva favoreceu a troca de conhecimentos entre os produtores, o fortalecimento das relações de cooperação e a ampliação das oportunidades de trabalho dentro da própria comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e para a permanência das famílias no campo.

Destarte, a diversificação produtiva contribuiu para a redução da dependência externa e para o fortalecimento da economia local. Nesse contexto, a agricultura familiar consolidou-se como base do sustento comunitário, permitindo afirmar que o P.A. Curitiba se configura como um território produtivo e economicamente ativo.

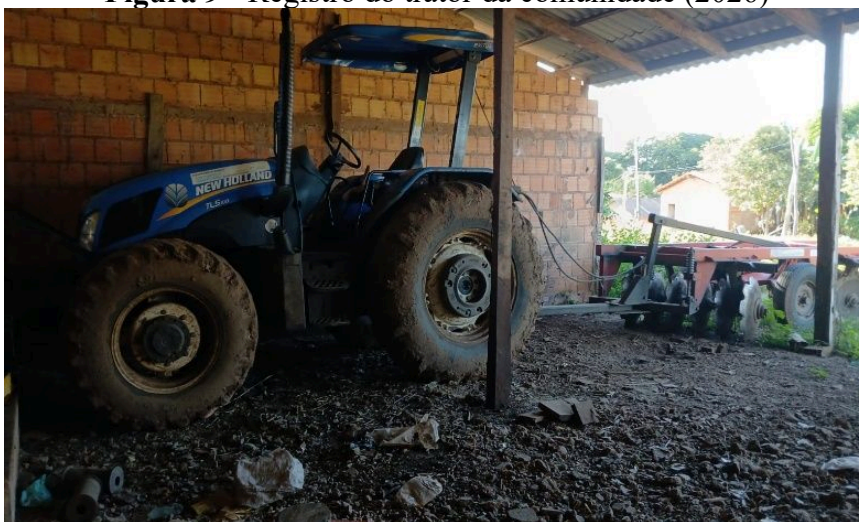
Figura 8 – Atividades produtivas P.A Curitiba (2026)



Fonte: autora, 2026.

Dentre os avanços observados na comunidade, destaca-se o recebimento de um trator, no dia 11 de novembro de 2021 por meio de ação do governo federal. Tal aquisição representa um marco importante para os moradores, uma vez que contribui diretamente para a modernização das atividades agrícolas desenvolvidas no assentamento.

Figura 9 - Registro do trator da comunidade (2026)



Fonte: autora, 2026.

Nesse sentido, a inserção desse equipamento tem proporcionado melhorias significativas no trabalho nas roças, otimizando o preparo do solo, reduzindo o esforço físico dos trabalhadores e ampliando a produtividade. Assim, esse avanço fortaleceu as condições de permanência no campo, ao mesmo tempo em que impulsionou o desenvolvimento das práticas produtivas locais.

Recentemente, no dia 10 de abril de 2026, a comunidade foi contemplada com a chegada de equipamentos destinados ao fortalecimento das atividades produtivas locais, entre eles kits de irrigação e máquinas forrageira, para as familiares e produtores de leite. Esses recursos contribuem diretamente para a melhoria das condições de produção, favorecendo a ampliação da produtividade e a sustentabilidade das atividades desenvolvidas no assentamento. A disponibilização desses equipamentos ocorreu por meio da articulação entre os governos municipal, estadual e federal, evidenciando a importância das parcerias institucionais para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Outro elemento relevante na formação socioespacial da comunidade do P.A. Curitiba refere-se à construção de uma identidade coletiva fundamentada na tradição rural e na organização social local. Entre essas manifestações, destacam-se as comemorações do aniversário da comunidade, dia 18 de novembro que ocorrem por meio de uma programação que se inicia com um momento religioso e, posteriormente, segue com um grande churrasco coletivo, do qual participam os membros da comunidade.

No que se refere aos espaços de lazer da comunidade, observa-se uma oferta limitada, restringindo-se, essencialmente, à presença de um campo de futebol. Essa realidade evidencia a carência de infraestruturas destinadas ao lazer e à convivência social, configurando-se como uma necessidade atual da comunidade.

Dessa forma, a ausência de maior diversidade de espaços recreativos aponta para a importância de investimentos em equipamentos de lazer, os quais são fundamentais para a promoção do bem-estar social, fortalecimento dos vínculos comunitários e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Destarte, a trajetória do P.A. Curitiba ultrapassa o marco da chegada em 1998, constituindo-se como processo histórico contínuo. Cada roça cultivada, cada casa construída e cada assembleia realizada representa uma etapa dessa construção coletiva. As memórias dos primeiros moradores permanecem vivas e são transmitidas às novas gerações. O assentamento tornou-se espaço de vida, cultura, produção e esperança. Em 2026, com mais de duas décadas de existência, consolidou-se como referência de resistência camponesa. O P.A. Curitiba segue firme, preservando sua história e projetando novos horizontes de desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender a dinâmica histórico-espacial do Assentamento P.A. Curitiba, localizado no município de Amarante do Maranhão, analisando o processo de formação do território, as condições de vida das famílias assentadas e as principais atividades produtivas desenvolvidas na comunidade. Procurou-se refletir sobre como esse assentamento se constituiu enquanto espaço de organização social, produção e permanência das famílias no campo, considerando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados ao longo de sua trajetória.

A análise realizada ao longo da pesquisa permitiu compreender que os assentamentos rurais resultantes da política de reforma agrária ultrapassam a simples distribuição de terras. Esses espaços se configuram como territórios construídos socialmente, marcados por relações de trabalho, vínculos comunitários, práticas culturais e formas de organização coletiva que contribuem para a consolidação da vida no campo. Nesse sentido, o Assentamento P.A. Curitiba revela-se como um território dinâmico, no qual os moradores desenvolvem estratégias diversas para garantir sua subsistência e fortalecer a permanência das famílias no meio rural.

Observou-se que, embora o assentamento tenha sido criado com o objetivo de promover melhores condições de vida às famílias beneficiadas pela reforma agrária, ainda existem fragilidades relacionadas à efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Entre essas fragilidades destacam-se a insuficiência de infraestrutura básica, caso dos espaços de lazer, as dificuldades de acesso a assistência técnica contínua e a limitação de investimentos voltados ao fortalecimento das atividades produtivas.

Apesar dessas limitações, o estudo também evidenciou a capacidade de organização e resistência das famílias assentadas. Ao longo dos anos, os moradores do P.A. Curitiba desenvolveram diversas estratégias produtivas que contribuíram para a manutenção da economia local e para a melhoria das condições de vida da comunidade.

A iniciativa de alguns moradores em se organizarem em grupos de produtores, especialmente no setor da produção de leite, evidencia a busca por alternativas coletivas que possibilitem ampliar as oportunidades de trabalho e renda dentro do próprio território. Essas ações demonstram que, mesmo diante de dificuldades estruturais, os sujeitos que vivem no assentamento constroem estratégias de cooperação e solidariedade que contribuem para o fortalecimento da comunidade.

A partir da análise histórico-espacial realizada, torna-se evidente que o assentamento expressa simultaneamente as limitações das políticas públicas voltadas à reforma agrária e, ao mesmo tempo, a força das comunidades rurais que constroem seu território por meio do trabalho, da cooperação e do sentimento de pertencimento. Nesse contexto, a permanência das famílias no campo depende do acesso à terra, mas principalmente, do fortalecimento de políticas integradas que promovam o desenvolvimento rural, garantindo infraestrutura, assistência técnica, acesso a crédito e incentivo às atividades produtivas locais.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa não encerra as possibilidades de investigação sobre o tema. Pelo contrário, abre caminhos para novos estudos que possam aprofundar a compreensão sobre a realidade do assentamento e suas transformações ao longo do tempo. Dessa forma, espera-se que este trabalho possa servir como referência para outras pesquisas e contribuir para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os assentamentos rurais e sua importância no contexto da organização do espaço agrário brasileiro

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Indústria de papel e celulose na Amazônia: crise de mercado, questões trabalhistas, impactos ambientais e conflitos fundiários. In: BERGAMASCHI, Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. São Luís: CPT, 1998. p. 95-102.

BEUS, C. E.; DUNLAP, R. E. Conventional versus alternative agriculture: the paradigmatic roots of the debate. **Rural Sociology**, Provo (Utah), v. 55, n. 4, p. 590-616, 1990.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Reforma agrária e dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria. **Retratos de Assentamentos**, n. 9, p. 11-60, 2004.

LEITE, A. Z.; SAUER, S.; BRASILEIRO, B. P. Propulsores de desenvolvimento socioeconômico em assentamentos de reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 60, p. 48-72, set./dez. 2021.

LEITE, A. Z.; TUBINO, N.; SAUER, S. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

MASCENA, José Cláudio Monteiro. **A juventude e trabalho no campo: desafios e perspectivas de jovens assentados em áreas de reforma agrária no município de Açailândia – Maranhão**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

MATTOS, José Sampaio de; ARAÚJO, José Ribamar Gusmão. Assentamentos rurais no Maranhão: territorialização ou (des)organização da produção familiar. **Outros Tempos**, São Luís, v. 2, p. 88-96, 2005. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos/article/view/383/318. Acesso em: 8 nov. 2025.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MOREIRA, Emília. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p. 72-93, jan./jun. 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RODRIGUES, L. C. et al. Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento. **Revista Agricultura Familiar (RAF)**, v. 12, n. 2, p. 75-96, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/5710>. Acesso em: 8 nov. 2025.

SANTOS, I. J. P. R.; CARVALHO, B. M. T. S. P. Segurança alimentar em assentamentos de reforma agrária no Maranhão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

WOLFORD, Wendy. Participatory democracy by default: land reform, social movements and the State in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 91-109, 2010.

ZENERATTI, F. L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 564-575, set./dez. 2021.